

A Política de Proteção à Criança e ao Adolescente na Cidade do Recife- PE.

Autores:

Ademir Vilaronga Rios Junior- Estudante de Serviço Social- UFPE

Miriam Damasceno Padilha- Prof<sup>a</sup> do Departamento de Serviço Social- UFPE

## **RESUMO DO TRABALHO**

O trabalho apresentado é resultado parcial da pesquisa realizada no município de Recife, que teve como objetivo identificar os programas públicos e privados de atendimento à criança e ao adolescente. Buscamos conhecer a estrutura da política municipal, os planos, as ações das instituições públicas e das instituições privadas. Foram realizados estudos sobre a assistência à criança no Brasil e em Pernambuco no século XIX e XX. Identificamos que existe fragilidade na rede de proteção social municipal, que impede que a política e os planos sejam implementados com eficiência. Torna-se necessário revigorar os espaços de controle social e fortalecimento das redes sociais. O município precisa priorizar a proteção à criança e ao adolescente, com ações preventivas e que contemplem os direitos regulamentados no ECA, proporcionando a “inclusão” cidadã da infância e adolescência recifense.

Palavras chaves: adolescente; criança; política social; proteção social

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa que teve como objetivo identificar os programas públicos e privados de atendimento à criança e ao adolescente no município de Recife, Estado de Pernambuco. Buscamos conhecer a estrutura da política municipal, os planos, os programas, as ações das instituições públicas - com recorte na Secretaria de Assistência Social - e das instituições privadas que são cadastradas no Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Inicialmente, no estudo bibliográfico, com a leitura de autores que tratam sobre a assistência e proteção à infância no Brasil, percebemos que a infância brasileira foi tardiamente reconhecida.

Até o final do século XIX o atendimento à infância era realizado principalmente pela Igreja ou através de ações de caridade. Ao final do século XIX e início do século XX, reflexões referentes às condições da infância são discutidas em meio aos juristas, médicos e advogados. Os discursos foram fundamentados na nova ordem republicana e eugenista, que acreditava que o cuidado para com a infância seria uma das formas de mudar a ordem social e alcançar um projeto de civilização desejado a nova nação.

No decorrer do século XX, houve intervenções do Estado com a constituição de novas leis e políticas sociais voltadas ao “menor”, com o objetivo de enfrentar a “ociosidade infantil”, a vadiagem, atender os órfãos, com instituições de acolhimento e recolhimento. O atendimento era focalizado na formação para o trabalho, pois o mundo laboral seria a única forma de “salvar” estas crianças nas concepções vigentes.

Nos anos 80, diante da redemocratização do país, após um longo período de ditadura, a sociedade brasileira se organiza na luta pela reestruturação da democracia do país, no anseio da liberdade, dos direitos individuais e também dos direitos sociais. Em 1988 se instituiu a nova Constituição Federal (CF), no qual os direitos da criança e do adolescente também são assegurados.

Só a partir da CF (1988) e da regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (1990), a legislação reconhece à criança como cidadão e os direitos fundamentais ao seu desenvolvimento, tornando-se prioridade nas ações do Estado.

Foi fundamental neste período de mudanças paradigmática a participação das organizações em defesa do direito da infância, contribuindo para que a Nova Constituição assegurasse os direitos da criança e do adolescente.

A implementação das políticas sociais para o atendimento à Criança e ao Adolescente foi marcada por articulações e histórias de lutas em defesa da infância, que continuam até os dias de hoje, 20 anos após o ECA. No anseio de que o Estado assumira a sua responsabilidade na defesa e garantia dos direitos deste público.

O município de Recife, também foi marcado por muitas lutas e organizações dos movimentos sociais e de organizações não governamentais que se destacaram em defesa deste público, antes e pós Estatuto.

Hoje o sistema de garantia de direitos no município é constituído do Conselho Municipal de Direitos, Conselhos Tutelares, instituições públicas e privadas, com um amplo e complexo serviço de proteção social. Existem 139 entidades de atendimento à criança e ao adolescente, registradas no COMDICA. Dessas, 50% estão na Região Política Administrativa 1 (RPA1), região menos populosa da cidade, porém com os dados mais excludentes. É desta RPA que sai a maioria das crianças que estão em situação de rua na cidade do Recife.

A realidade da cidade do Recife é marcada pelas desigualdades sociais históricas, sendo uma das capitais que possui o maior índice de concentração de renda. Existem bairros em Recife que o IDH compara-se com da Noruega, país com o mais alto índice no Relatório da ONU. Por outro lado, alguns bairros possuem IDH comparado ao da Bolívia.

Com esta pesquisa foi possível conhecer a estrutura parcial das políticas sociais de proteção e de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no município. Identificamos as ações realizadas na Secretaria de Assistência Social e das instituições privadas registradas no Conselho de Direitos, bem como as políticas implementadas e os planos existentes no município.

Portanto, este trabalho foi fundamental para poder aproximar da realidade do atendimento à criança e ao adolescente no município, os seus avanços e retrocessos, no sistema de garantia de direitos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O reconhecimento da criança foi tardiamente percebido na história. Só foi visível nos últimos três séculos, e de forma paulatina. A infância era vista como um tempo “vazio” na vida do ser humano, no qual, logo cedo devia assumir responsabilidades e atitudes de adultos para superar esta fase da vida.

As transformações que marcaram com a industrialização capitalista, contribuíram nas mudanças dos conceitos sobre a infância. A autora Rizzini, (2008 p. 23) nos fala que, *“na era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental”*. Continua afirmando que, *“a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja, para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado”* (Idem)

No Brasil a mudança no conceito e na atenção à infância tornou-se visível no final do século XIX e início do século XX, com a ascensão das idéias republicanas. Inicialmente, os cuidados visavam apenas à infância pobre, e era realizada pela Igreja, com suas ações de caridade e acolhimento à criança pobre e abandonada.

Devido ao número de crianças abandonadas, no período colonial, foram instaladas as conhecidas Rodas dos Expostos, onde as mães podiam deixar seus filhos de forma que não fossem identificadas e não abandoná-los nas ruas. Inicialmente foram implantadas três rodas no país: a de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e em Recife no ano de 1789.

A Casa dos Expostos em Recife foi criada pelo governador D. Tomás José de Melo com o objetivo de desestimular as práticas infanticidas e proteger a honra de homens e mulheres de família, dando-lhes a alternativa de se livrar dos frutos proibidos ou espúrios oriundos de relações incertas ou duvidosas, ao abandonar o bebê na instituição sob o anonimato (NASCIMENTO, 2006).

As rodas passam a atender as crianças abandonadas, que ao invés de deixadas nas ruas, eram levadas para as rodas, no entanto não impedia a morte dos “expostos”. Pois, dentro das instituições as condições de acolhimento eram precárias e insalubres, levando a morte da maioria dos acolhidos.

A autora Nascimento (2009), nos relata que a alta mortalidade era uma constatação recorrente. Em seu livro cita dados de um relatório apresentado à Assembléia pelo então Presidente da Província de Pernambuco Francisco do Rego Barros no ano 1838, retratando que entre os anos de 1834 e 1838 entraram na Casa dos Expostos, situado no centro da cidade do Recife, 394 crianças e faleceram 311, ou seja, entorno de 78,9%.

No final do século XIX, reflexões referentes às condições da infância passaram a ser debatidos em meio aos juristas, médicos, advogados, conhecidos também como a elite letrada do país. Os discursos eram fundamentados na nova ordem republicana e eugenista, que acreditavam que o cuidado com a infância seria uma das formas de mudar a ordem social e alcançar um projeto de civilização desejado ao novo Brasil.

O discurso eugenista e de nova ordem social nas primeiras décadas do século XX, foi utilizado também para com a infância pobre, que passa a ser alvo de discursos moralistas. As campanhas realizadas pela medicina higienista vinculava a limpeza urbana paralelo à necessidade de atender às crianças pobres e a preocupação em discipliná-los. Utilizavam as instituições para mantê-las longes das ruas e aproximá-las ao mundo do trabalho.

Ao Estado e a sociedade cabia dedicar-se à atenção aos “expostos” e “delinqüentes”, como forma de garantir o progresso e a ordem social das cidades.

Neste período foi criado em Recife instituições para atender às crianças em situação de “abandono e delinqüência”, como assim eram tratados. Em 1º de Dezembro de 1900, foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, financiado pelo governo federal e pelo estado, bem como pelo comércio e particulares.

No ano de 1917 foi criado a Escola Correccional para Menores do Recife. Segundo Moura (2007), nesta escola, instalado na Casa de Detenção do Recife<sup>1</sup>, recolhiam crianças entre 9 e 12 anos para receber a educação primária e desenvolver trabalhos nas oficinas de sapatarias e encadernação. Sendo identificados como pequenos operários. Elas viviam em condições precárias e insalubres, em espaços apertados e sem ventilação.

---

<sup>1</sup> Inaugurada em 1850, utilizado como sistema prisional da cidade do Recife e da Região, sendo desativada em 1973.

Assim nos afirma Moura,

Assim, questões relacionadas à saúde serviram de base para discussões e implementação de políticas em torno da ordem social, as quais envolviam reformas relacionadas a paisagens urbanas cuidados relativos ao controle social das crianças, principalmente, a abandonada e pobre, que eram vistas como um organismo nocivo à nova ordem que se desenvolvia. (2007, p.110)

No ano de 1927 foi constituído no Brasil o Código de Menores, fundamentada na nova ordem social e, influenciado por documentos internacionais, como a Conferência de 1919 da OIT- que trata da idade mínima para trabalho na indústria- bem como, a Carta da Liga das Nações Sobre a Criança (carta de Genebra), de 1924. Fundamentado na idéia de garantir ao “menor” atendimento e proteção.

Esse Código prevaleceu até a década de 1980, houve alteração no ano de 1979 no governo ditatorial. Durante décadas predominou o atendimento à criança a partir da perspectiva de Situação Irregular.

As leis de proteção à infância, desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil, também fazia parte de estratégias de educar o povo e sanear a sociedade. As leis visavam prevenir a desordem, à medida que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado. (RIZZINI, 2008, p 64)

Para Miranda (2009, p10) “A partir do Código, as crianças envolvidas em práticas ilícitas eram consideradas ‘elementos ameaçadores’ que precisavam ser punidos. Este aparato jurídico e assistencial buscou construir a identidade do menor perigoso, elaborado sob a égide das teorias criminalistas e higienistas européias”

Durante a prevalência do Código, alguns governos passaram a estruturar as políticas sociais de enfrentamento a “ociosidade infantil” e a marginalização da infância. Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) no Governo de Getulio Vargas. O SAM foi criticado pelo seu atendimento e considerado como “escola do crime”. Com a sua crise, surgiu a Fundação

Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM / FEBEM) em 1964, período da ditadura, aliado a política de segurança nacional.

A superação paradigmática da Doutrina de Situação Irregular, somente aconteceu no final da década de 1980 e início da década de 1990. Com o fim do regime militar e as novas perspectivas políticas de democracia e direitos sociais, bem como, a organização social e movimentos em defesa da criança que se espalhava por todo o país, foram bases fundamentais no reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito.

Com a Constituição de 1988, e posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990), estabeleceu uma nova postura em relação à infância no país. A criança e o adolescente passaram a ser sujeitos de direitos e em processo de desenvolvimento físico, psíquico e social. Sendo necessário à atenção da Família, da Sociedade e do Estado, na garantia de sua proteção social, e a instituição de organismos de defesa e proteção, como os Conselhos de Direitos e o Conselho Tutelar.

Na cidade do Recife, foco de muitas lutas e organizações em defesa deste público, no ano de 1992 foi instituído, o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Recife (COMDICA<sup>2</sup>). Tornou-se “o instrumento mais importante da Política de Proteção Integral à Infância e à Juventude por ser o indutor e condutor de todo o processo que objetiva, em última síntese, fazer acontecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente na cidade do Recife” (PMPDDCAGR, 1998).

No ano de 1995 com a lei Municipal nº16.092 foi criado os Conselhos Tutelares. No ano de 1998 foi implementado pelo COMDICA, a Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Recife. Em 2004 aprovou a Política Municipal de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes.

Historicamente, nos seus quatro séculos, na cidade do Recife a atuação das instituições privadas foi presente no atendimento a infância. Recentemente em estudos feitos pelo Centro de Estudo Luiz Freire/Etapas (2000) em 1998, em Recife havia 321 entidades que atuavam na área de infância e juventude. Em

---

<sup>2</sup> “O Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão controlador e deliberativo da política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente”. Art. 2º Lei Municipal nº 15.604 de 18 de fevereiro de 1992.

comparação a pesquisa do IDEC realizada em 1991 dobrou o número de entidades que atuavam nesta área, que era apenas 176. Em janeiro de 1999, havia o registro de 121 entidades no COMDICA.

No ano de 2009, havia 235 entidades registradas, sendo que entre julho e dezembro nesse mesmo ano, houve o cancelamento de 13 entidades.

Segundo dados do COMDICA em agosto de 2010 havia 139 entidades registrada no conselho. Algumas entidades não cumpriram o prazo de recadastro, e outras deixaram de receber o registro por não se adequar a resolução nº 010/2004<sup>3</sup>, o que resultou na redução do número de entidades cadastradas. Segundo entrevista a coordenação do COMDICA os principais fatores pela redução foram: solicitação da própria entidade; descredenciamento em virtude de mudança da natureza que atendia; sem infra-estrutura, por não cumprir o ECA. Vale salientar que mesmo sem o registro muitas entidades continuam com seu funcionamento.

Das entidades, 44 (31%) estão presentes na Região Política Administrativa<sup>4</sup> 1 (RPA 1), esta região política administrativa é formada por 11 bairros que estão localizados na parte central do município, bairros que vivem suas contradições sociais. De um lado, Boa Vista com sua avenida comercial, empresas, shopping e Ilha do Leite com seus edifícios comerciais e grandes equipamentos de saúde privado. Do outro lado, Coelhos, Joana Bezerra e Santo Amaro, a realidade da pobreza, da favelização, violência e desemprego, e falta de espaços sociais.

O menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH/M é o da área conjunta formada pela Ilha Joana Bezerra, São José e Zeis Coque. O bairro com maior número de pessoas morando em favela é Santo Amaro (13.886 no ano 2000), seguido de Imbiribeira (12.896) e Ilha Joana Bezerra (10.019). Dois deles estão na RPA 1.

Recife é uma cidade de contradições econômicas, sociais e de concentração de renda, esta realidade é de fácil percepção quando se anda pelos

---

<sup>3</sup> Esta trata dos requisitos para o registro de entidades no COMDICA. Com a resolução as entidades com ações educacionais, creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, e também instituições de atendimento a pessoas deficientes, de atendimento a assistência social e de saúde, não podendo receber o registro do COMDICA.

<sup>4</sup> O município de Recife esta dividido em 6 Regiões Política Administrativas.

bairros da cidade. A contradição é visível, de um lado os grandes investimentos imobiliários e do outro os aglomerados de casebres degradados e pobres.

A estimativa da população residente no Recife, em julho de 2009/IBGE, foi de 1.561.659 habitantes. No Censo de 2000 a população de até 15 anos era de 372.240 do total de 1.422.905. A população de 0 a 14 anos compõe 26,16%, (Censo de 2000). Na estimativa do IBGE para 2004, a população de 0 a 19 anos seria 36,38%, sendo um número significativo.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (ADHR/2005), nos relata que no ano 2000, Recife e Maceió eram as capitais que possuíam os maiores índice de concentração de renda do país, resultado classificado como “absurdamente alto” pelos pesquisadores que prepararam o Atlas (ADHR/2005). Em Recife, os 20% mais pobres (2000), ficavam com apenas (1,43%) da renda total, enquanto os 10% mais ricos detinha (55,07%) de toda a renda.

Como podemos perceber, nestes dados do ADHM/2005, em Recife a desigualdade social é, principalmente, pela má distribuição de renda. A diferença entre a Unidade de desenvolvimento humano de Boa Viagem/Pina é 53% maior que da Unidade Joana Bezerra /São José.

Sobre a expectativa de vida, entre os moradores de Boa Viagem/Pina e das Zeis de Santo Amaro e João de Barros a diferença é de 15,8 anos. É uma diferença de longevidade equivalente a observada entre as populações do Japão e da Guatemala. A maior desigualdade é encontrada na porção de Boa Viagem onde estão as Zeis Entra Apulso e Ilha do Destino, a renda média familiar dos 10% mais ricos é 246 vezes maior do que a dos 20% mais pobres: R\$ 1.993,24 a R\$ 8,09.

No ano de 2000 três Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) do Recife superou o IDH da Noruega, país com o mais alto índice no Relatório da ONU. Por outro lado, as UDHs do município com os índices mais baixos aproximam - se do valor encontrado para a Bolívia. Enquanto a média do Recife é 0,797, em suas UDHs ele varia de 0,632 em Ilha Joana Bezerra/São José - Zeis Coque, o índice mais baixo, a 0,964 em Boa Viagem/Pina - Orla, Av. Herculano Bandeira, o índice mais alto.

Pesquisa realizada pela Associação Beneficente Criança-Cidadã (ABCC, 2008), revelou que as crianças que vivem em situação de rua na cidade do

Recife, a maioria é do sexo feminino, tem cor parda ou preta, e mora com os pais. Grande parte que perambulam na cidade é moradora da comunidade do Coque, Ilha Joana Bezerra, região central do Recife. Sendo os bairros que possuem o menor IDH-M, 0,632, abaixo da média municipal que é de 0,797, o índice de alfabetização é de 75,550 enquanto o municipal é de 89,450, o que confirma a vulnerabilidade e o descaso social para com este bairros, no qual concentra-se parte da pobreza e a violência no município.(ADHM/2005)

Outros dados importantes de ser constatados, nestes bairros se encontram o maior percentual municipal de crianças de 10 a 14 anos analfabetas com 16,82% e entre 7 a 14 anos este percentual sobe para 30,78%. As crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar chega a 65%. Apesar da RPA 1 ser a menos populosa, é a parte da cidade onde os índices são alarmantes, principalmente a pobreza e de violência, IDH mais baixo que a média municipal.

A realidade histórica e socioeconômica desta RPA, fez com que diversas entidades se instalassem nesta área da cidade, explicando também o porquê do número significativo ser nesta região da cidade.

Em Recife o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA é destinado para ações de proteção à criança e ao adolescente. Este Fundo é utilizado para o financiamento de projetos para o público alvo. No ano de 2009, 33 (trinta e três) projetos foram financiados pelo FMCA. Foi aplicado no ano de 2009 um montante de R\$1.216.800,00 (um milhão, duzentos e dezesseis reais e oitocentos centavos),

No ano de 2010, foram financiados 32 (trinta e dois) projetos pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, foi aplicado um montante de R\$ 1.144.800,00 ( um milhão, cento e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

Em relação as instituições governamentais identificamos que na Secretaria de Assistência Social são executados alguns programa de média e alta complexidade: Liberdade Assistida; Programa Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, através dos Centros de Referência de Assistência Social e do Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

O *Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC* é uma autarquia ligada Secretaria de Assistência Social tem atribuições importantes na execução da política de assistência social e no atendimento a crianças e ao adolescente

com direitos violados e não poderia deixar de ser citada pela importância e sua atuação no cenário municipal. Foi criado em maio de 2003 para consolidar a política de assistência social do município.

O Instituto desenvolve ações e presta serviços direcionados ao resgate de direitos da população em maior grau de exclusão e vulnerabilidade social, com vínculo familiar fragilizado ou interrompido, vitimada por ocorrências pessoais, sociais ou de calamidade pública que lhe interrompam o acesso ao atendimento das necessidades básicas, visando assegurar-lhe proteção social especial de média e alta complexidade.

No município existe oito (8) *Conselhos Tutelares*, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, sendo mantido pelo poder municipal<sup>5</sup>. Em entrevista a uma (01) conselheira tutelar e visita a um (01) dos Conselhos Tutelares do município foi possível perceber a precariedade do espaço e a falta de equipamentos e segurança para os conselheiros.

Percebemos não haver por parte do poder público municipal empenho para resolução dos problemas existentes neste órgão. No último dia 04 de agosto do corrente ano, segundo jornal<sup>6</sup> de circulação estadual, o atendimento dos Conselhos Tutelares foram parcialmente suspenso por falta de segurança nas entidades, sendo restabelecido no dia seguinte após a volta do serviço da segurança municipal.

O município do Recife possui três Planos Municipais voltados a atender três eixos da política de proteção a criança e adolescente, estabelecendo os prazos, resultados a ser alcançados, indicadores e responsáveis pela realização. São eles:

*O Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* - foi elaborado em dezembro de 2001, para o período de 2002 a 2004. Somente em maio de 2006, após a proposta do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social- CENDHEC, com o apoio da secretaria de Direitos Humanos do município, aconteceu o seminário de revisão do plano anterior, e o estabelecimento de ações para o triênio seguinte (2007 a 2009). Em

---

<sup>5</sup> As atribuições do Conselho Tutelar estão regimentado no artigo 136 da lei 8069/90 (ECA).

<sup>6</sup> Jornal do Comercio, 03 de agosto de 2010.

27 de agosto de 2006, com a resolução do COMDICA 033/2006, o plano foi aprovado. Este Plano só houve avaliação e revisão no ano de 2010, ultrapassando o prazo inicial que seria de 3 anos. Com a revisão em 2010 a proposta foi estabelecer um plano decenal. Na verdade, não houve avaliação do plano, já que não foi possível o monitoramento ou se quer aplicação das propostas estabelecidas. Foi um plano que não passou apenas de mais um plano.

*O Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador foi o segundo ser planejado no município. Recife foi a primeira cidade do Brasil a elaborar este plano, em dezembro de 2003. A elaboração deste plano teve a iniciativa do CENDHEC e do Fórum Estadual de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Pernambuco- FEPETIPE, inspirado na experiência de construção do Plano Nacional construído em 2002. Em junho de 2006 contando com 43 organizações governamentais e da sociedade civil organizada, com a iniciativa do CENDHEC, aconteceu o Seminário de revisão do Plano Municipal enfrentamento ao Trabalho Infantil, e encaminhado ao COMDICA. Sendo aprovado com a Resolução 039/2006 e incorporado à Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife. Nos anos 2003 e 2006 este plano foi executado, porém somente em 2006 tornou-se uma política pública.*

Em novembro de 2008, último ano da vigência do plano, aconteceu a sua avaliação. Um ano depois (novembro de 2009), com o fim do prazo do planejamento, aconteceu a atualização do plano, sendo este preparado para ser executado nos próximos dez (10) anos.

*O Plano de Enfrentamento à Situação de Rua de Criança e Adolescentes, o mais recente a ser constituído, em setembro de 2009, depois da exigência de entidades públicas e organizações da sociedade civil. Apesar do grande número de crianças e adolescente nas ruas do Recife, um dos grandes problemas históricos na cidade do Recife, somente em 2009 foi estabelecido uma política voltada a este público.*

Em 2005, uma pesquisa coordenada pelo IASC sobre população em situação de rua na cidade do Recife, das 1.390 pessoas identificadas, 502 tinha idade entre 0 e 18 anos (criança e adolescentes). Apesar das pesquisas e da histórica presença de crianças e adolescentes em situação de rua em Recife não

houve interesses e efetivos investimentos na defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes que passa por essa problemática. Por outro lado houve ações policiais de apreensão e recolhimento de crianças, a exemplo do fato ocorrido em 22 outubro de 2008, com a Campanha “Basta de Rua”, realizada por algumas entidades como: a Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), o Instituto de Assistência Social e Cidadania(IASC), e a Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC). O ato de recolhimento realizado por estas entidades repercutiu nos grandes meios de comunicação, com as cenas de crianças chorando, correndo nas ruas, sendo retirada a força de seus responsáveis.

Existem outros espaços de debates e articulação das entidades de atendimento: O Fórum Municipal de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Recife é um espaço público de articulação da sociedade civil organizada, com o objetivo de mobilizar e organizar a sociedade civil em torno da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

O Fórum Social da Criança e do Adolescente- FOSCAR, é um grupo formado por crianças e adolescentes representantes das organizações. Este grupo foi criado para ser um espaço de discussão e reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente. Reúne-se uma vez por mês para debates e discussões.

Com o objetivo de identificar o perfil as instituições privadas foi aplicado um questionário semi-estruturado a 24 (vinte e quatro) entidades cadastradas no COMDICA.

Em análise a estas entrevistas identificamos que o período das fundações destas entidades, nove (09) foram instituídas após o Estatuto da Criança e do Adolescente, sete (07) são anteriores a década de 80 (anos de 1950 a 1979) e oito (08) década de 1980.

Na questão sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades, surgiu uma diversidade de ações com o público alvo. As atividades mais citadas foram: danças regionais e percussão sendo citada por onze (11) das instituições; oficina de leitura e arte por dez (10) instituições; qualificação profissional é realizada em oito (8) entidades; reforço escolar em seis (06); cidadania/roda de diálogo em seis (06) entidades; esporte/lazer realizada em cinco (05) entidades; capoeira e informática em 05 das entidades.

Outras citadas foram: geração de renda (02); atendimento básico a saúde (01); ensino pré- escolar (01); acompanhamento judicial (02) oficinas e palestras (03); inclusão a rede de ensino (02); encaminhamentos aos serviços de saúde (02); atividade religiosa e oração (02), hortas comunitárias (01); artesanato (03); visita domiciliar (01); tratamento odontológico (01); formação política (01); organização juvenil (01).

Como podemos ver a uma diversidade de atividades, porém prevalecem as atividades “sócio-educativas”.

As entidades não são auto-sustentáveis, são financiadas por instituições públicas e privadas, o maior financiador das entidades é o município que financia atividades em 14 entidades; sete (07) recebem apenas financiamento da esfera municipal; três (03) recebem apenas da estadual; duas (02) apenas da esfera federal; três (03) recebem do governo municipal e estadual; três (03) recebem do município e da esfera federal; duas (02) recebem da esfera estadual e federal; e apenas uma (01) recebe financiamento das três esferas. Três (03) não responderam ou não souberam informar.

Dez (10) das entidades recebem financiamentos de entidades estrangeiras (ONGs, associações, organizações religiosas, governos e empresas internacionais). É um número significativo, pois nos últimos anos as entidades estrangeiras estão priorizando outros países mais pobres, como os do continente africano. Outras fontes são empresas nacionais, cinco (05) entidades recebem este tipo de financiamentos; oito (08) entidades recebem financiamento de outras ONGs. Quatro (04) recebem outros tipos de financiamentos, não citados.

Sobre o orçamento de 2009, 12 entidades não souberam informar os valores alegando não saber ou não ser dar área de finanças, das 12 que responderam a soma do orçamento em 2009 foi R\$ 4.879,584 00, os valores orçamentários das entidades variam entre R\$ 5.000.00 (mil) o menor valor à R\$ 1.700.000.00 a que teve o maior valor.

Das entidades que responderam o questionário em relação ao eixo de atuação, oito (08) atuam no eixo de Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador. Seis (06) no atendimento a criança e ao adolescente em situação de rua; seis (06) na atenção à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes; três (03) medidas sócio-educativas em

meio aberto; duas (02) na prevenção e tratamento ao uso de drogas; uma (01) no acolhimento institucional; uma (01) entidade não informou; e cinco (05) das entidades assinalaram dois eixos de atuação.

Com estas informações temos dados parciais para entender a dinâmica das instituições públicas e privadas em Recife.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo parcial identificamos que o município de Recife possui um amplo sistema de garantia de direitos de proteção à criança e ao adolescente. No entanto, percebemos a fragilidade na rede de proteção impedindo que a política e os planos sejam implementados, monitorado e avaliado.

Para melhor eficácia da política e dos planos será necessário o seu monitoramento e avaliação, estas ações devem ser tão importantes quanto à execução das políticas, é interdependente e contribuirá com a revisão e o re-planejamento de ações e encaminhamentos capazes de contribuir com a melhoria das condições de vida da infância recifense.

Há uma preocupação individual por partes das instituições privadas em divulgar seu trabalho e garantir a sua sustentabilidade, já que necessita demonstrar aos financiadores ser melhor e ter a melhor proposta para conseguir recursos financeiros. Suas atuações são limitadas pelos seus financiadores, em ações que não impactam na melhoria das condições de vida e emancipação dos usuários.

Os espaços de articulações como fóruns e redes, são ocupados por poucas instituições. Torna-se necessário fortalecer estes espaços, principalmente das organizações não governamentais, cobrando do poder público municipal ações eficazes de enfrentamento as violações aos direitos da infância, na execução dos planos municipais e a prioridade na política de atendimento à criança e ao adolescente recifense.

O município precisa garantir uma estrutura física e material adequado aos oitos (08) Conselhos Tutelares de forma que possam realizar as suas atribuições, com qualidade e segurança.

É preciso intersetorialização das atividades das secretarias municipais na atenção a infância. As entidades também precisam articular suas ações, pois não basta apenas cobrar do município. É imprescindível implantar um sistema de monitoramento para acompanhar os avanços e retrocessos da política de atenção a criança e ao adolescente em Recife, as ações públicas e da sociedade civil organizada.

Sendo indispensável fortalecer a rede de proteção, garantir que o município priorize a infância e a família em seus projetos municipais, investindo mais em educação, saúde, cultura, assistência social, geração de trabalho e renda. E assim enfrentar a realidade de milhares de criança e adolescentes recifenses, em situação de rua, de trabalho infantil, vítima de violência, analfabetas, baixos rendimentos escolares, entre outras “chagas”.

Concluimos afirmando que este estudo parcial permitiu identificar a dimensão desta temática e poucos estudos relacionados e que a política municipal da criança e do adolescente do Recife merece mais atenção da investigação acadêmica pela sua dinâmica e complexidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas Municipal de Desenvolvimento Humano de Recife. Prefeitura Municipal de Recife/PNUD, 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente. CEDCA-PE, Recife, 2009.

FALEIRO, Vicente de Paula. *A Política Social do Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1986.

MOURA, V.L.Braga de. Infância: assistencialismo e proteção em Pernambuco no início do século XX(1900-1930). In: MIRANDA, H; VASCONCELOS, M. E. 9 (org). *História da Infância em Pernambuco*. Editora Universitária/UFPE, Recife, 2007.

MIRANDA, Humberto. Meninos do Recife, na Mira da Polícia. In: GUILLEN, I.C. Martins; Grillo, M. A. de Faria. *Cultura, Cidadania e Violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE*. Editora Universitária/UFPE, Recife, 2009.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

\_\_\_\_\_. Vidas Pulsantes nas Veredas da Incerteza: as crianças abandonadas no Recife imperial. In: GUILLEN, I.C. Martins; Grillo, M. A. de Faria. *Cultura, Cidadania e Violência: VII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE*. Editora Universitária/UFPE, Recife, 2009.

PADILHA, Mirian D. *Criança não Deve Trabalhar: PETI e Sociabilidade Familiar*. Recife: CEPE, 2006.

RODRIGUES, Maria A.M.F.; LIMA, A. J. de; Infância, Pobreza e Trabalho Infantil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.90, 2007.

RIZZINI, I. *A Assistência à Infância no Brasil*. Rio de Janeiro; Santa Úrsula, Editora Universitária, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 2 ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2008.

Rede Sobre Programas e Políticas de Atendimento às Crianças e Adolescentes. CCLF/ETAPAS. 2000